

A vontade de potência e a naturalização da moral

Clademir Luís Araldi*

Resumo: Procuramos mostrar neste artigo que a naturalização da moral em Nietzsche possui um vínculo forte com o conceito e com os projetos da *Vontade de potência*. A partir das interpretações de W. Müller-Lauter e de M. Montinari, investigaremos de que modo essa naturalização apoia-se numa versão “humanizada” de vontade, nos escritos preparatórios e na obra *Para além de bem e mal*.

Palavras-chave: naturalização – moral - vontade de potência - valor

Nietzsche elaborou com determinação o conceito e vários projetos da *Vontade de potência* no mesmo período da preparação e publicação da obra *Para além de bem e mal* (1885-1886). Procuraremos mostrar que a vontade de potência passa a assumir nesse contexto um vínculo forte com a investigação da moral. À diferença da apresentação em *Assim falava Zaratustra*, esse conceito é entendido agora ao mundo inorgânico, e, por fim, ao caráter geral do mundo, a saber, à multiplicidade de forças em perene antagonismo. É preciso, desse modo, confrontar a obra publicada com os fragmentos póstumos de 1885 e 1886 para compreender a posição, o contexto de surgimento do conceito e do desenvolvimento do projeto da Vontade de potência.

* Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: clademir.araldi@gmail.com.

Antes de nos atermos a esse momento da obra tardia de Nietzsche, abordaremos brevemente os resultados da interpretação de Müller-Lauter, a partir de seu confronto com Heidegger. Heidegger entende que “A vontade de potência” é a denominação do “caráter fundamental do ente” em sua totalidade. Apesar de admitir em certa medida o caráter plural e perspectivista da vontade de potência, o filósofo da floresta negra entende que ela acarreta a absolutização da perspectiva humana, a saber, da subjetividade incondicional que põe valores no todo do mundo.¹ A vontade de potência, nesse sentido, poderia ser vista como o **critério** (metafísico) nietzschiano para a naturalização da moral.

Mesmo contrapondo-se à compreensão metafísica heideggeriana da vontade de potência, Müller-Lauter reafirma a fecundidade desse conceito, entendido como antagonismos de forças, para compreender os principais temas do pensamento de Nietzsche:

À medida que ele pergunta sobre a constituição dos antagonismos “efetivos”, passa pela destruição de convicções metafísicas e por pretensões à validade lógica, para chegar à sua doutrina das *vontades de potência*, que se referem a si mesmas no jogo de forças. À medida que persegue a procedência das oposições de valores que estão vivas em seu século, é compelido a elaborar suas *representações filosófico-históricas*, orientadas, de preferência, ao fenômeno da moral. À medida que questiona as vontades de potência, que desmoronam em si mesmas na luta das contradições, abre-se para ele o problema do *niilismo*. (...) À medida que tenta pensar o homem que poderia sobrepujar os antagonismos, constrói a figura do *além-do-homem*².

1 Cf. HEIDEGGER, M. Nietzsche. Berlim: Günther Neske Verlag, 1961, v.I, p. 1-3. Cf. também p. 22 ss.

2 MÜLLER-LAUTER, W. Nietzsche. Sua filosofia dos antagonismos e os antagonismos de sua filosofia. Trad. de Clademir Araldi. São Paulo: Ed. UNIFESP, 2009, p. 36 s.

Apoiado na edição crítica das obras de Nietzsche, organizada por Colli e Montinari, W. Müller-Lauter critica o uso da “Vontade de potência” como obra principal de Nietzsche. Esses projetos, fragmentos e textos preparatórios de Nietzsche não constituem um livro, mas devem ser investigados criticamente no contexto cronológico de sua elaboração, em comparação com as obras filosóficas publicadas em vida pelo filósofo, como *Para além de bem e mal* e *A genealogia da moral*.³ Confrontando-se com Heidegger, W. Müller-Lauter esforça-se para afastar a suspeita de que a vontade de potência nietzschiana seria um princípio metafísico ou um fundamento último. Decisivo é o caráter plural da vontade de potência, tanto no aspecto quantitativo assim como no qualitativo. Ela possui sempre um caráter relacional, a saber, expressa-se sempre no confronto, no jogo ou no arranjo com outras vontades de potência. Se há somente processos de agregação e desagregação das vontades de potência, só se pode falar de uma unidade enquanto organização dos impulsos plurais em incessante luta por potência.⁴ Apesar de não reconhecer Nietzsche como autor dessa obra, Müller-Lauter coloca a vontade de potência no centro da filosofia de Nietzsche (como filosofia dos antagonismos), a partir da qual a moral, a natureza, a história, a posição e a desvalorização dos valores podem ser interpretados. É nesse sentido que podemos vincular os apontamentos e *projetos* da “Vontade de potência” com a tentativa de naturalização da moral.

3 Müller-Lauter apontou várias falsificações feitas por Peter Gast e pela irmã de Nietzsche, Elisabeth Förster-Nietzsche, na edição da “Vontade de potência” de 1906. Cf. MÜLLER-LAUTER, W., op. cit., p. 63 ss.

4 Cf. MÜLLER-LAUTER, op. cit., p. 69-73. No volume dedicado a Heidegger e Nietzsche (2000), Müller-Lauter enfatizou a centralidade da vontade de potência em suas interpretações de Nietzsche, desde a obra de 1971. Embora critique a interpretação da vontade de potência como unidade metafísica, a sua compreensão antagonônica e plural da mesma iria muito além de uma mera crítica a Heidegger. Cf. MÜLLER-LAUTER, W. Heidegger und Nietzsche. Nietzsche- Interpretationen III. Berlin: de Gruyter, 2000, p. VIII s.

A análise de Mazzino Montinari acerca da conexão entre a elaboração de *Para além de bem e mal* e a intenção de Nietzsche, de escrever um livro com o título *Der Wille zur Macht* (*A vontade de potência*) também é de grande valia para a elucidação desse vínculo:

Nietzsche anunciou a *Vontade de potência* na quarta página do volume de *Para além de bem e mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro*, publicado no verão de 1886. Somente desde então pode-se falar legitimamente da intenção de publicar um livro em quatro partes com o título *Der Wille zur Macht. Versuch einer Umwerthung aller Werthe* (*A vontade de potência. Ensaio de uma transvaloração de todos os valores*)⁵.

Do ponto de vista filológico, Montinari afirmou a centralidade do pensamento da vontade de potência na obra tardia de Nietzsche. Ele distingue o conceito do projeto literário, com o intuito de simplificar a apresentação, mas ressalta que em ambos está presente uma atmosfera de experimentação. Desde a época de *Assim falava Zaratustra*, o filósofo solitário ensaia compreender a vontade de potência nas funções orgânicas especializadas, estendendo-a ao mundo inorgânico. Assim, antes de mais nada, o filósofo ensaiou compreender o mundo com esse novo conceito; os projetos dos anos seguintes são decorrência desses ensaios de pensamento. No projeto de 1886, a questão dos valores ocupa um lugar central. A transvaloração dos valores passa a ser o subcapítulo da maioria dos projetos posteriores a esta obra⁶. É nossa intenção investigar a relevância filosófica desse projeto e conceito para o pensamento experimental da naturalização da moral⁷. Esse é o projeto do livro em quatro partes, datado do verão de 1886:

5 Cf. MONTINARI, M. Friedrich Nietzsche. Eine Einführung. Berlin: de Gruyter, 1991, p. 109.

6 Id., *ibid.*, p. 100-105.

7 A expressão “Die Vernatürlichung der Moral” (“A naturalização da moral”) aparece num plano de 1887, enquanto tentativa de substituir valores morais por valores naturalistas. Cf. Nachlass/FP 1887, 9[8], KSA 12.342.

A vontade de potência.

Ensaio

de uma transvaloração de todos os valores.

Em quatro livros.

Livro I: O perigo dos perigos (Apresentação do Nihilismo) (como a consequência necessária das estimativas de valor até agora)

Livro II: Crítica dos valores (da lógica etc.)

Livro III: O problema do legislador (incluía ali a história da solidão)
Como devem ser constituídos os homens que avaliam de modo inverso?
Homens, que possuam todas as propriedades da alma moderna, mas que sejam fortes o bastante para transmutá-las em saúde.

Livro IV: O martelo

Meio para sua tarefa

Sils-Maria, verão de 1886 (Nachlass/FP 1886, 2[100], KSA 12.109).

Podemos encontrar em *Para além de bem e mal* uma apresentação do niilismo, como crítica da modernidade, de seus valores morais, políticos e culturais. Além disso, encontramos a tarefa dos novos filósofos, dos legisladores do futuro, a saber, a tarefa descomunal da transvaloração dos valores. O parágrafo 203, do final do capítulo *Contribuição à história natural da moral* concentra bem o perigo do niilismo (da “degeneração global do homem”), assim como a nova tarefa dos homens-legisladores do futuro.

O livro *Para além de bem e mal* pode ser considerado como um ‘prelúdio’ à filosofia afirmadora-negadora do futuro, a saber, da vontade de potência enquanto base para a naturalização da moral e, por fim, para a transvaloração dos valores? Investigaremos até que ponto nesta obra (e nos escritos preparatórios a ela) o experimento de naturalização da moral depende da compreensão da vontade de potência, tanto em seus aspectos fisiopsicológicos quanto cosmológicos. Apesar da importância desse projeto de naturalização,

o autor dedica de modo mais direto e enfático o capítulo V para a investigação histórico-natural. O capítulo IX, “O que é nobre?”, desenvolve ainda alguns aspectos dessa pesquisa, que acabam abrindo espaço para a filosofia afirmativa de Dioniso.

Como o próprio Nietzsche reconhece, *Para além de bem e mal* é uma crítica abarcante da modernidade⁸. Seguindo a mesma estrutura formal de *Humano, demasiado humano*, o filósofo solitário vincula no primeiro capítulo a crítica da metafísica à crítica da moral, que adquire uma maior amplitude, ao propor um questionamento radical da moral e da vontade de verdade a ela subjacente. Para levar a cabo o que seria a única crítica radical da moralidade, Nietzsche necessita primeiro oferecer argumentos consistentes para mostrar que a moral, em sua história e tipos básicos, é uma configuração singular da constituição volitiva do mundo. Ele critica, nesse sentido, a pretensão dos estóicos de viver “conforme a natureza” (JGB/BM 9, KSA 5.22) por suas pretensões morais ocultas. Assim como todo filósofo, também o estóico é parte da natureza; no fundo, são os impulsos de *sua* natureza (a vontade de potência mais “espiritual”) que o move a tiranizar, ou melhor, a impor uma interpretação moral ao mundo da natureza.

Entretanto, o alvo principal da crítica é o simplismo de Schopenhauer na formulação da essência una da vontade. Em contraposição a ela, Nietzsche aponta para a complexidade da “vontade”: em todo querer há uma multiplicidade de sensações e um pensamento que comanda. Nesse sentido, “a vontade não é apenas um *complexo* de sentir e pensar, mas sobretudo um *afeto*: aquele afeto do comando” (JGB/BM 19, KSA 5.32). A unidade relativa homem, ao querer, “comanda algo dentro de si que obedece”. O crítico de Schopenhauer reduz todo querer a relações de mando e obediência, num mundo constituído por vontades que agem sobre vontades. Para nosso texto, importa investigar o que Nietzsche pretende,

8 Cf. EH/EH, *Para além de bem e mal*, 2. KSA 6.350.

ao compreender a moral como “teoria das relações de dominação sob as quais se origina o fenômeno ‘vida’”. Nesse ensaio, é preciso abandonar o conceito sintético de eu, para compreender o homem como *dividuum*, na medida em que ele é a parte que comanda e a parte que obedece. O corpo, “uma estrutura social de muitas almas”, ou seja, de muitas vontades, é o ponto de partida para a construção desse projeto de naturalização da moral. O passo seguinte é compreender o mandar e o obedecer como o essencial de todo o querer, tanto no plano fisiopsicológico ‘subjeto’ quanto no plano social; depois, o filósofo Nietzsche se arroga o direito de inserir o querer no âmbito da moral.

No início da obra, o crítico da metafísica buscou sua nova orientação metodológica na fisiologia. É da natureza de cada impulso querer dominar, de modo que cada ser vivo quer sobretudo “*dar vazão* a sua força” (JGB/BM 13, KSA 5.27). Ele parece já estar assegurado nesse ponto da argumentação, de que “a própria vida é vontade de potência”. Ao aliar a psicologia à fisiologia no final do capítulo I, é reforçada a pretensão de dar conta dos problemas fundamentais da filosofia do futuro. Essa fisiopsicologia, vista como “*morfologia e teoria da evolução da vontade de potência*” (JGB/BM 23, KSA 5.38) seria o caminho promissor para a naturalização da moral. Para além dos preconceitos morais, o fisiopsicólogo poderia agora compreender a natureza valorativa e dominadora dos impulsos humanos. O parágrafo 36 de *Bem e mal* expressa de forma breve um longo caminho de investigação, em que a vontade de potência é estendida ao mundo inorgânico, ou melhor, opera como impulso constitutivo de todo acontecer no mundo.

II

Essa pretenciosa extensão da vontade necessita de mais esclarecimentos. Entendemos que é preciso antes reconstruir o contexto complexo da elaboração de *JGB/BM*, considerando os planos

iniciais da “Vontade de potência”, para compreender a ligação da “história natural” da moral com a dinâmica desse “apetite fundamental”.

Um dos primeiros projetos da “Vontade de potência”, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade, é um ensaio de “uma nova interpretação de todo acontecer” (Nachlass/FP 1885, 39[1], KSA 11.619). É a tentativa de suprimir a oposição entre aparência e realidade no mundo da vontade de potência, tal como é exposta num apontamento anterior:

Aparência (Schein), como eu a entendo, é a realidade (*Realität*) efetiva e única das coisas, (...). Eu não coloco, portanto, “aparência” em oposição à “realidade”, mas, ao contrário, tomo a aparência como a realidade que se contrapõe à transformação num “mundo-verdade” imaginário. Um nome determinado para esta realidade seria “a vontade de potência”, isto é, designada de dentro e não de sua natureza inabarcável e fluida de Proteu (Nachlass/FP 1885, 40[53], KSA 11.654).

Nas anotações e análises seguintes, e na obra *Para além de bem e mal*, Nietzsche consolida o pensamento de que visto de dentro, da perspectiva avaliadora humana, “o mundo é vontade de potência, e nada além disso”. O fragmento póstumo de 1885 (Nachlass/FP 1885, 38[12], KSA 11.610), que foi de modo surpreendente colocado como conclusão na edição de 1906 de P. Gast e E. Förster-Nietzsche, figura no contexto inicial dos experimentos de interpretação do mundo como jogo de forças, articulado com o eterno retorno do mesmo e com o dionisíaco criar e destruir a si mesmo. Mas, nas reflexões posteriores, é abandonado esse viés poético. À pergunta, “o que é ‘o mundo’ para mim?” Nietzsche não busca mais nos momentos iniciais de seu grandioso projeto o caminho do dionisíaco ou do eterno retorno, mas busca uma formulação teórica da vontade de potência, no ensaio de ver e interpretar o mundo “a partir de dentro”. Como ele chega a essa afirmação? O plano de agosto-setembro de 1885 é elucidativo em relação a isso:

Nosso intelecto, nossa vontade, até mesmo nossas sensações, dependem de nossas *estimativas de valor*: estas correspondem a nossos impulsos e suas condições de existência. Nossos impulsos são redutíveis à *vontade de potência*.

A vontade de potência é o último *Factum* a que podemos chegar. (Nachlass/FP 1885, 40[61], KSA 11.661).

A nova interpretação visa a abarcar todo acontecer mundano. Antes de uma oposição, haveria uma transição entre o mundo inorgânico e o mundo orgânico. Nesta interpretação dinâmica do mundo haveria apenas transmutações e especializações dessa vontade fundamental (*Grundwille*), que é sempre tensional, ao pressupor antagonismos, relações e graus de poder. O autor de *Bem e mal* detém-se no acontecer interno, na qualidade volitiva interna de todos os eventos do mundo. No mundo inorgânico reina “a grande síntese de forças”; o orgânico seria a especialização, a limitação perspectivista dessa unidade poderosa⁹. Como é possível, no entanto, afirmar que “todos os movimentos são signos de um acontecer interno”? O caráter incondicional da vontade de potência não residiria apenas nas formas de vida especializadas¹⁰. mas em todo o mundo. Não podemos ocultar aqui a dificuldade considerável presente nos textos nietzschianos, a saber, de afirmar a partir de perspectivas psicológicas e fisiológicas que o mundo é vontade de potência.

É preciso, assim, questionar o que leva Nietzsche a atribuir um valor superior a certas perspectivas valorativas humanas. Se o mundo da vontade de potência não possui nenhum valor intrínseco, restaria a Nietzsche o ensaio de impor novas valorações *humanas*. Por sua limitação perspectivista, o ser humano não consegue apreender o “fluxo absoluto”, a “verdade última do fluxo das coisas”, ou seja, o fluxo do vir-a-ser¹¹. A vida humana, desse modo,

9 Cf., nesse sentido, Nachlass/FP I[105], KSA 12.36 e Nachlass/FP I[124], KSA 12.40.

10 Como consta em Nachlass/FP I[57, 58], KSA 12.24s.

11 Cf. Nachlass/FP 1881, 11[162], KSA 9.504.

transcorre no erro e nas aparências perspectivistas. Ao apontar para a falsidade das interpretações até agora vigentes, o crítico da moral depara-se com o “absurdo do acontecer”. O valor do mundo, no entanto, reside “em *nossa* (grifo nosso) interpretação”. Mas o Nietzsche “terapêutico”, preocupado em superar a ausência de sentido, propõe uma vertente afirmativa, segundo a qual as avaliações perspectivistas humanas são fixadas na vida, a saber, no mundo da vontade de potência, para além da verdade e mentira das interpretações anteriores.

Em JGB/BM 36, o ponto de partida é a realidade dos impulsos vivos humanos (desejos, afetos, paixões). Para confirmar a transição do mundo inorgânico para o orgânico, Nietzsche recorre a uma duvidosa “moral do método”, que consiste em reconhecer somente a vontade como *atuante*, em ‘acreditar’ que somente a causalidade da vontade é efetiva, irrestritamente. Toda força atuante do mundo é “efeito de vontade”, ou seja, da vontade de potência. Assim, toda vida instintiva e afetiva seria “ramificação dessa forma básica de vontade” (JGB/BM 36, KSA 5.36s.). Nos escritos preparatórios a *Bem e mal* encontramos a mesma estrutura argumentativa desse parágrafo, no sentido de que o mundo é vontade de potência – a partir de dentro, ou seja, das perspectivas humanas.

Partindo de considerações psicológicas, é feito o experimento de remeter todos os pensamentos, sentimentos e desejos humanos a essa forma básica de vontade. Com isso, seria possível circunscrever o mundo humano ao caráter incondicional da vontade e, num segundo momento, reduzir todas as funções orgânicas a ela (cf. Nachlass/FP 1[30], KSA 12.17). Por fim, mesmo que coloque como hipótese se a vontade de potência não impera também no mundo inorgânico, ele opera como se esse “apetite fundamental” e “vontade básica” fossem “dados”, à medida que os considera um *factum* último. Em seu caráter dinâmico e irrestrito, as relações de poder, ou seja, de vontade sobre vontade são vistas como imposições de interpretação: “a vontade de potência interpreta” (Nachlass/FP 2[148], KSA 12.139 s.). Todas as interpretações (inclusive as do

‘processo orgânico’) são, portanto, meios que uma vontade dispõe para assenhorear-se de outra vontade.

O campo da moralidade humana também é uma ramificação da vontade de potência, de seu caráter causal incondicional. Por isso, é preciso investigar que tipo ou configuração complexa da vontade de potência a moral apresenta. No final do aforismo 36 de *Para além de bem e mal*, ele reafirma o resultado a que chegou nos escritos preparatórios: é da perspectiva interior, do “mundo visto de dentro (...), definido e designado conforme o seu ‘caráter inteligível’”, que o mundo é vontade de potência. A vida dos impulsos e paixões humanas é o ponto de partida para interpretar o mundo, na totalidade de seus fenômenos, como vontade de potência, de acúmulo, subsunção e hierarquização de forças.

Nietzsche não fornece provas suficientes ou conclusivas de que em todo o mundo inorgânico, em cada centro de força do mundo natural, há um impulso para se tornar mais forte, na luta contra os demais. Também a moral faz parte do mundo natural, motivo pelo qual ela deve ser compreendida a partir da natureza da vontade de potência. Na obra *Para além de bem e mal* e nos escritos da época, prevalece a interpretação da vontade de potência como vida, particularmente nas relações de mando e obediência que perfazem as relações humanas. Apesar de propor como hipótese o seu caráter irrestrito e amplo, é segundo a configuração de certos impulsos humanos – do tipo de homem nobre – que ele intenta aplicá-la ao conjunto do mundo. Assim, na construção da “História natural da moral”, no antagonismo dos tipos nobre e fraco, a vontade de potência revela-se como um componente normativo, implícito no conceito de vida¹². É significativo que no parágrafo 186, que abre o capítulo quinto, a tipologia da moral, que Nietzsche contrapõe

12 A esse respeito, confira SCHRÖDER, W. *Moralischer Nihilismus*. Stuttgart: Reclam, 2005, p. 50-51.

à fundamentação da moral, opera já num mundo “cuja essência é vontade de potência” (JGB/BM 186, KSA 5.106).

III

Na época em que Nietzsche procedia à redução de todas as funções orgânicas – e de todos os movimentos – à vontade de potência, aparece a breve mas esclarecedora pretensão de uma “humanização da natureza” (*Vermenschlichung der Natur*), na qual o processo de interpretação é conduzido e direcionado à perspectiva humana (cf. Nachlass/FP 1[29], KSA 12.17¹³). A nosso ver, o que importa propriamente nas concepções da vontade de potência dessa época de preparação a *Para além de bem e mal*, com apoio numa incipiente psicologia dos impulsos, é o estabelecimento de relações de poder próprias do mundo moral humano. O que conta propriamente são as interpretações humanas, as avaliações perspectivistas desse ser que necessita e quer conferir valor ao mundo. A naturalização da moral, desse modo, depende de uma prévia ‘humanização’ da natureza, a partir de certas configurações de impulsos, paixões e afetos humanos ao longo da história. Apesar de todas as críticas às consequências nefastas da ‘humanização’ do mundo na metafísica, na política e na moral, o filósofo que quer naturalizar a moral também parece refugiar-se num certo projeto de humanização da natureza, de natureza perspectivista e interpretativa.

Se Nietzsche articula seu conceito de vontade de potência com a crítica da metafísica e com a investigação da moral ao longo de *JGB/BM*, como alguém poderá dizer que ele é dispensável para o projeto de naturalização da moral? Causa surpresa que em um

13 Cf. também o fragmento póstumo Nachlass/FP 1884, 26(35), KSA 11.157. Nietzsche interpreta os movimentos visíveis da vida orgânica como signos de uma acontecer interno, ‘espiritual’: “um ser orgânico é a expressão visível de um espírito”. É a fisiopsicologia dos impulsos humanos que fornece o modelo para a compreensão desse acontecer interno.

texto recente, B. Leiter defende que só se pode salvar a vontade de potência enquanto hipótese psicológica, a partir de *uma* descrição concreta e conceitual do sentimento de poder, visto como “uma motivação significativa para os seres humanos”¹⁴. Pretendemos mostrar que não se pode simplesmente reduzir a vontade de potência a uma mera questão metodológica acessória, se quisermos compreender o projeto de naturalização da moral em toda a sua envergadura. Além disso, não vemos em JGB/BM apenas “argumentos ruins” para a elaboração da “doutrina metafísica da vontade de potência”, como aponta Leiter¹⁵. Ao discutir a interpretação de C. Janaway acerca da importância da vontade de potência em GM/GM II 12, KSA 5.313-6, ele afirma:

Neste contexto, talvez valha a pena lembrar o quão irrelevante o próprio Nietzsche considerou a ideia de vontade de potência, no final das contas. Nos dois principais momentos de autorreflexão presentes no corpus nietzschiano - *Ecce homo*, onde Nietzsche revê e avalia sua vida e seu trabalho, incluindo aí especificamente todos os seus principais livros, e a série de novos prefácios sinóticos que ele escreveu, em 1886, para todos os seus livros anteriores à *Assim falava Zaratustra* - em momento algum Nietzsche defende a centralidade da vontade de potência - ou de uma metafísica da vontade de potência - para o seu o trabalho¹⁶.

A nosso ver, não há elementos suficientes para negar, a partir dos prefácios de 1886 (às obras anteriores ao *Zaratustra*), e no *Ecce homo* (quando o projeto já havia sido abandonado), a importância da vontade de potência no pensamento tardio de Nietzsche. *A partir* dos escritos preparatórios a *Bem e mal* podemos reconstruir a centralidade desse projeto, que se estende até o verão de 1888.

14 LEITER, B. O naturalismo de Nietzsche reconsiderado. In: *Cadernos Nietzsche*, n. 29. São Paulo: 2011, p. 114.

15 Id., *ibid.*, p. 115.

16 Id., *ibid.*, p. 117.

Na lista de títulos incluída na primeira edição de *Para além de bem e mal*, após listar seus escritos conforme o ano de surgimento, Nietzsche anuncia a “*Vontade de potência. Ensaio de uma transvaloração de todos os valores*. Em quatro livros”. Do mesmo modo, esse seria o segundo título, de uma série de dez novos livros, previstos na primavera de 1886 (Nachlass/FP 1886, 2[73], KSA 12.94). Ao investigar as “especializações e metamorfoses” da ‘vontade fundamental’, o filósofo tem em vista “o homem como uma multiplicidade de ‘vontades de potência’, cada uma com uma pluralidade de meios e formas de expressão” (Nachlass/FP 1[58], KSA 12.25). Essas menções aparecem mescladas com vários projetos para o livro que teve como título definitivo *Para além de bem e mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro*. Algumas variações do título e subtítulo são significativas para nosso problema, por sua ênfase na superação da moral até agora reinante, em direção a uma nova moral, de um tipo ‘forte’ de homem¹⁷. A superação da moral e a tarefa dos filósofos legisladores do futuro, por sua vez, aparecem intimamente ligadas à compreensão do mundo como vontade de potência¹⁸.

Apesar dos vários projetos e ensaios de interpretação, não podemos negar o caráter incipiente do projeto de naturalização da moral, até mesmo em *Para além de bem e mal*. Não há uma definição nos escritos posteriores do que é a “filosofia do futuro”, se ela estaria concentrada no grande projeto da “Vontade de potência” ou em outra obra. A obra *Para além de bem e mal* foi concluída no início de abril de 1886 (a impressão ficou pronta em 21 de julho desse ano), na época em que Nietzsche reitera a intenção de

17 Como os títulos: “Para além de bem e mal. Ensaio de uma superação da moral” (Nachlass/FP 1[82], KSA 12.31) e “Para além de bem e mal. Indicações para uma moral dos mais fortes” (Nachlass/FP 2[38], KSA 12.82). Antes da definição final do título da obra aparece também a sugestão: “A vontade de potência. Prenúncio (Vorzeichen) de uma filosofia do futuro” (Nachlass/FP 1886, 3[4], KSA 12.171).

18 Como ocorre, a título de exemplos, no escrito preparatório (Nachlass/FP 1[84], KSA 12.32), em que a superação da moral está articulada à vontade de potência, e no plano de Bem e Mal (Nachlass/FP 2[70], KSA 12.93), o vínculo desse conceito com o problema do legislador.

desenvolver o projeto da obra *A vontade de potência*, voltado principalmente à crítica dos valores morais e à construção de novas maneiras de valorar. Articulado a esse projeto – que então figurava como o de maior envergadura – ele tencionava continuar a obra de 1886. Desses apontamentos resultaram a obra *Para a genealogia da moral* – um escrito polêmico, que deveria servir de adendo à obra recém publicada. No ano seguinte (em junho de 1887) aparece também o escrito “O niilismo europeu”, em que é exposta a *lógica* de autodissolução da valoração moral. As abordagens históricas e tipológicas sobre a moral foram desenvolvidas principalmente nos meses subsequentes, na *Genealogia da moral*, na investigação das três formas desdobramento do niilismo moral: o ressentimento, a má consciência e o ideal ascético.

Que o livro *Para a genealogia da moral* não é a conclusão dos estudos sobre a história natural da moral e suas consequências niilistas, fica bem claro no final da obra, em que Nietzsche explicita o projeto de tratar esses temas “com maior profundidade e severidade” na obra que estava preparando, *A vontade de potência. Ensaio de uma transvaloração de todos os valores* (cf. GM/GM III, 27, KSA 5.408s.). Tal obra não foi concluída; apenas projetos, apontamentos e alguns aspectos gerais foram redigidos¹⁹. A menção imediatamente posterior (Nachlass/FP 1887, 9[83], KSA 12.377s.)²⁰ de redação da segunda parte da *Genealogia* serve para

19 Logo depois da escrita do “Fragmento de Lenzer-Heide”, em 10 de junho de 1887, Nietzsche menciona em seus apontamentos a “autossupressão da moral”, a segunda parte de Bem e mal, a edição da *Genealogia da moral*, e, em seguida um projeto da *Vontade de potência*. Cf. Nachlass/FP 5[72-75], KSA 12.217s. Os grupos de fragmentos 6, 7, 8 e 9, de 1887 são desenvolvimentos desse projeto, com ênfase na crítica dos valores morais e na história do niilismo, a partir de considerações psicológicas e fisiológicas. Colli e Montinari observam que no último plano da *Vontade de potência* (de Sils-Maria, no último domingo do mês de agosto de 1888. Nachlass/FP 18[17], KSA 13. 537s., Nietzsche sublinhou parte dos fragmentos dos grupos 7 e 8. Cf. KSA 12.246. É significativo que desde o outono de 1887 até o verão de 1888, esse foi o projeto em que ele mais concentrou esforços.

20 Nesse plano de continuação da *Genealogia da moral*, a Quinta dissertação versaria “Acerca da história da desnaturalização da moral”.

que questionemos a completude do programa da genealogia da moral. O filósofo solitário não desenvolveu até o fim as obras e projetos da época mencionados. Isso vale também para o projeto de naturalização da moral, apesar de seu caráter preparatório muito promissor.

Podemos perceber no contexto da obra que investigamos o esforço para mostrar que as valorações do tipo forte expressam a ‘essência’ pulsional da natureza. Os modos de sentir, pensar e avaliar do forte, na moral dos senhores, resultaram na criação de valores ‘naturalistas’, em momentos históricos e culturais favoráveis a suas condições de existência. Com isso, é pressuposto que a natureza no homem adquire uma configuração complexa. Sem perder sua base instintual, esse complexo de impulsos pode configurar um processo contínuo de ‘espiritualização’, a saber, de sublimação do elemento básico pulsional. Assim, num primeiro momento do projeto de naturalização é preciso franquear o acesso ao “terrível texto básico *homo natura*” (JGB/BM, 230, KSA 5.169). São os espíritos livres, em meio ao moderno domínio da moral da mediocridade, que anseiam por verter o homem à natureza básica dos impulsos, de onde podem brotar novas perspectivas afirmativas futuras. O fraco, nessa perspectiva, busca sempre mais fixar-se aos valores desnaturalizados de sua moral. A “história natural da moral”, inicialmente, tem como meta “traduzir o homem de volta à natureza”. É uma tarefa colossal, remeter um ser contaminado pela moral do rebanho e pela ameaça niilista de “degeneração global”, ao terrível e eterno texto *homem-natureza*. Se o ser humano é o que é através de seu modo de valorar e dos valores dele resultantes, ele só pôde ir além do estado bruto de natureza através de imposições interpretativas e valorativas. É da perspectiva das valorações dos nobres, que o ‘naturalista da moral’ remete os humanos ao que seria o efetivo processo natural. Isso desvela o interesse próprio do projeto de naturalização da moral: o desenvolvimento da tipologia da moral, na qual ficaria comprova a superioridade das perspectivas avaliadoras e dos valores dos fortes, desde a perspectiva ou possibilidade de cultivo de formas ascendentes de vida. O critério para distinguir entre a moral

do tipo forte e a do tipo fraco de homem é a vida ascendente, cujo valor se eximiria de qualquer avaliação. O filósofo solitário afirma a superioridade das valorações dos fortes em seu ensaio de naturalização, pressupondo que esses valores decorrem “naturalmente” da configuração volitiva básica da vida. Ele não vê a necessidade de provar que essas valorações se enraízam na vontade ascendente de poder. Para nós, no entanto, esse é um problema considerável.

É a partir da vida interpretativa e avaliadora dos impulsos que transcorre a existência do homem desnaturalizado, assim como a do que quer renaturalizar-se. Não há *homem-natureza* sem avaliação. Para o projeto de naturalização, as valorações que provêm ou tem em vista a vida ascendente são superiores. O valor da vida ascendente, por sua vez, não pode ser avaliado, pois é essa mesma vida que impõe valores afirmativos, sempre da perspectiva interessada de viventes singulares. Nietzsche não questiona o peso normativo que ele atribui à vida ascendente, pois ele faria parte do mundo das vontades de potência.

O critério que possibilitaria elucidar a base naturalista da moral, qual seja, a “lei fundamental da vida”, a vontade de potência enquanto vontade de ser senhor, de si e do que é estranho, oculta uma série de pressuposições, que a tornam problemática na função que exerce como instância crítica e normativa. A ‘tipologia da moral’, em preparação no capítulo quinto de *Bem e mal*, é apresentada no capítulo nono de um modo muito sucinto: “Numa perambulação pelas muitas morais, as mais finas e as mais grosseiras, que até agora dominaram e continuam dominando na terra, encontrei certos traços que regularmente retornam juntos e ligados entre si: até que finalmente se revelaram dois tipos básicos, e uma diferença fundamental sobressaiu. Há uma *moral dos senhores* e uma *moral dos escravos*;” (JGB/BM 260, KSA 5.208). Nietzsche aponta aqui o resultado final do que seria o longo processo de investigação histórica da moral, do qual ele não fornece reconstruções, provas e observações suficientes. Em **todas** as morais que já existiram e ainda são efetivas, haveria certos traços comuns, que são agrupados em

dois tipos: 1) afirmativos, na moral dos senhores e 2) negativos, na moral dos escravos. Questionamos se há aqui uma descrição dos “fatos” fisiológicos básicos que fundam as morais. Entendemos que essa classificação é tendenciosa, devido ao modo como ele seleciona determinados exemplos históricos, a partir do que afirma (ou melhor, pressupõe) ser o caráter fundamental da vida.

Com base no que foi exposto, questionamos os interesses práticos com que Nietzsche vincula o seu conceito de vontade de potência com o projeto de naturalização da moral. Além de não descrever exaustivamente os ‘fatos’, ou melhor, as interpretações básicas que fundam as morais históricas, ele procede a uma determinação tendenciosa de sua “doutrina da vontade de potência”, quando coloca em primeiro plano o impulso ao poder da vida ascendente, das valorações predominantes na moral do tipo forte. Entrementes, é apenas reafirmado que a vontade de potência está na essência do mundo e da vida, que a própria vida é “‘essencialmente’ apropriação, ofensa, sujeição do que é estranho e mais fraco, opressão, dureza, imposição de formas próprias, incorporação e, no mínimo e mais comedido, exploração – (...)” (JGB/BM 259, KSA 5.207). A prerrogativa de dominar das aristocracias sadias seria, desse modo, justificada, visto que elas fornecem um sentido à vida humana, malgrado a sujeição dos “seres incompletos, escravos, instrumentos” (JGB/BM 259, KSA 5.208). Nietzsche não se preocupa aqui com a falácia naturalista, ao derivar os valores da moral dos “mais fortes” do ser, da essência da vida. Esse conceito normativo implícito à vida traz dificuldades para o projeto da “naturalização da moral”, à medida que não está bem definido o estatuto dos “valores naturalistas”. Ele mostra bem, no entanto, que a tarefa geral: descrever os fatos fisiológicos básicos, através da fisiopsicologia da vontade de potência, que determinarão necessariamente a formação do homem forte e do fraco, com seus respectivos valores, é parte de um projeto afirmativo maior. O filósofo pretende prescrever, por fim, aos homens modernos, pelo menos aos mais destacados entre eles, os espíritos livres, ensaios singulares de configurações e o trabalho

sobre si, sobre os impulsos que valoram. A nova “interpretação” do mundo é sobretudo o ensaio de “criação” de novos valores, no horizonte avaliativo próprio do homem, dos seus modos próprios de transformar o mundo natural, segundo suas necessidades de impor sentidos nele. Essa fisiopsicologia opera com a crença afirmativa de que os fatos fisiológicos primários da natureza podem ser configurados valorativamente por tipos de homem determinados por sua potência impulsiva. Os que são “de outra fé”, descerão às profundezas, para encontrar o embrião do homem afirmador do futuro, recoberto por camadas de valores decadentes do mundo moderno.

Procuramos mostrar que Nietzsche constroi uma “história natural da moral” a partir da ênfase numa versão ‘humana’ de vontade de potência, a saber, do tipo forte de homem da moral nobre. A estratégia argumentativa que sobressai, por fim, de não diferenciar entre o âmbito do ser e do valor é decisiva para naturalizar a moral. A vontade de potência, a nosso ver, não possui apenas uma função metodológica ou regulativa complementar para a crítica dos valores morais e para o estabelecimento de novos valores. Por mais dificuldades que ela coloca no pensamento tardio, não podemos omitir a sua função substancial, de ser o *critério* para os novos valores da moral naturalizada. Não podemos esquecer que o próprio autor de *Bem e mal* reconheceu a necessidade de explicar a sua compreensão de mundo como vontade de potência no seu projeto de naturalizar a moral e, por fim, na transvaloração de todos os valores. Se ela for simplesmente descartada, por sua procedência e implicações metafísicas, estaríamos fazendo um recorte arbitrário na obra de Nietzsche, não levando em conta um de seus momentos de maior concentração e produção teórica, imprescindível no ensaio de naturalização da moral.

Abstract: We demonstrate in this article that the naturalization of morals in Nietzsche has a strong bond with the concept and with the projects of *The will to power*. From the interpretations of W. Müller-Lauter and

M. Montinari, we will investigate in what way this naturalization relies in a «humanized» version of will, in the preparatory writings and in the work *Beyond good and evil*.

Keywords: naturalization – morals - will to power - value

referências bibliográficas

1. HEIDEGGER, M. *Nietzsche*. Berlim: Günther Neske Verlag, 1961, v.I.
2. LEITER, B. O naturalismo de Nietzsche reconsiderado. In: *Cadernos Nietzsche*, n. 29. São Paulo: 2011, p. 77 – 126.
3. NIETZSCHE, F. W. *A genealogia da moral*. Trad. de Paulo C. de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
4. _____. *Além do Bem e do Mal*. Trad. Paulo C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
5. _____. *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe (KSA)*. 15 vols. Organizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari. Berlim: de Gruyter, 1988.
6. MONTINARI, M. *Friedrich Nietzsche. Eine Einführung*. Berlim: de Gruyter, 1991.
7. MÜLLER-LAUTER, W. *Nietzsche. Sua filosofia dos antagonismos e os antagonismos de sua filosofia*. Trad. de Clademir Araldi. São Paulo: Editora UNIFESP, 2009.
8. MÜLLER-LAUTER, W. *Heidegger und Nietzsche. Nietzsche- Interpretationen III*. Berlim: de Gruyter, 2000.
9. SCHRÖDER, W. *Moralischer Nihilismus*. Stuttgart: Reclam, 2005.

Artigo recebido em 10/10/2011.

Artigo aceito para publicação em 12/11/2011.